

# As mudanças para "voltar aos trilhos"

*Economia - Brasil*

GAZETA MERCANTIL

7 9 NOV 1985

por Cláudia Safatle  
de Brasília

O presidente José Sarney enviou ontem ao Congresso Nacional o "programa de mudanças" na área econômica, que colocará em ordem as finanças do setor público, reduzindo o déficit operacional (medido pelo saldo dos financiamentos do setor público não financeiro, exclusive correções monetária e cambial) de aproximadamente 3,2% do PIB neste ano para 0,5% do PIB (estimado em Cr\$ 3,5 quadrilhões) no ano que vem.

"O País voltou aos trilhos e agora é a vez de mudanças importantes e ambiciosas no setor público", anunciou o presidente José Sarney no pronunciamento feito à Nação em cadeia de rádio e televisão, enfatizando que, "cumprida a parte institucional das mudanças prometidas ao País, reajustada a parte econômica, agora o governo se sente seguro e pode



Dilon Funaro

comprometer-se com o País, com um efetivo programa de metas administrativas, um governo dinâmico, ágil, presente e desenvolvimentista".

Num documento de 180 páginas, o governo expôs as linhas fundamentais da política econômica que entrará em vigor no próximo ano e que sustentará o crescimento, destacando-se o projeto de lei com 99 artigos onde estão assinadas as mudanças na política tributária que, preservando os trabalhadores assalariados, renderão cerca de Cr\$ 60 trilhões líquidos aos cofres públicos no ano que vem.

A filosofia do "pacote" tributário, que o ministro da Fazenda, Dilon Funaro, garante ser o "último do governo Sarney", é a de "implantar uma verdadeira justiça social e justiça fiscal", acentuou o presidente da República. Assim, as principais mudanças são:

- Isenção do Imposto de Renda para os contribuintes que recebem até cinco salários mínimos e redução de 75% da retenção na fonte para os que recebem seis salários mínimos, decrescendo paulatinamente até chegar a cem salários mínimos, quando a redução da retenção cai para 24,3%.

- Em 1986, ano de transição de um esquema para outro, o governo pretende adotar o seguinte parcelamento das restituições: até 10 ORTN, restitui-se em

1986; acima desse valor e até 25 ORTN, em 1987; acima de 25 e até 50 ORTN, em 1988; e somente em 1989 deverá ser devolvida a parcela que exceder esse patamar.

- As empresas com lucro real de 40 mil ORTN para cima farão declarações semestrais de Imposto de Renda. Já as pessoas físicas ou jurídicas que auferirem rendimentos ou ganhos de capital pagarão Imposto de Renda exclusivamente na fonte, obedecendo a uma alíquota de 40 e 45%, respectivamente. Serão tributadas, também, as operações de curto prazo no mercado financeiro, com Imposto de Renda na fonte. As operações no mercado de "opções" serão taxadas com 0,5% de IOF sobre o prêmio.

O programa estabelece os planos de privatização e os prazos de transferência do controle acionário de dezessete empresas, hoje nas mãos do setor público, para o setor privado.

Segundo o ministro da Fazenda, as medidas de austeridade na administração direta e indireta devem render outros Cr\$ 8 trilhões e são as seguintes:

- Proíbe o ingresso de novos funcionários na administração direta e autarquias até 30 de junho de 1986; proíbe também a construção, aquisição e locação de imóveis residenciais ou outros destinados à administração pública (fora do Distrito Federal).

- Reduz em 20% as despesas com serviços de terceiros (através de contratos e convênios), fixa em duas horas diárias as horas extras dos serviços públicos da administração direta, respeitando o limite de 44 mensais, e limita o uso de veículos oficiais.

- Reduz em 10% as despesas de pessoal das empresas estatais e cria o Conselho Interministerial de Remuneração e Proventos.

No bojo do programa econômico o governo define a verba de Cr\$ 76,1 trilhões para a área social (alimentação, educação, saúde das populações carentes).